



20 DE ABRIL DE 2018 Sexta-feira

- CONVITE: EMPREENDEDOR É O FUTURO
- JUSTICA MANTÉM CONTRIBUIÇÃO SINDICAL EXTINTA PELA REFORMA TRABALHISTA
- METALÚRGICOS DA FORD EM SP APROVAM ACORDO DE ESTABILIDADE ATÉ 2019, DIZ SINDICATO
- TRABALHADORES DA FORD APROVAM ACORDO DE ESTABILIDADE DE EMPREGO ATÉ 2019
- POR PLR, TRABALHADORES DA HITACHI ENTRAM EM GREVE EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
- CONSTRUÇÃO CORTA 2,3 MIL VAGAS DE TRABALHO EM FEVEREIRO
- PLDO PREVÊ ALTA DE RENÚNCIA FISCAL EM INCENTIVOS A PRINCIPAIS SETORES E FOLHA
- SETOR ACUMULA DÉFICIT DE US\$ 5,6 BI NA BALANÇA COMERCIAL NO 1º TRI, DIZ ABIOUIM
- GM INCLUI PRESIDENTE DO EBAY NO CONSELHO DA EMPRESA
- MINISTRO MANTÉM EM 3% PREVISÃO DE CRESCIMENTO PARA O BRASIL ESTE ANO
- HÁ QUEM APOSTE NO BRASIL DESANIMADO
- LIBERAR FGTS TERIA IMPACTO DE R\$ 25 BI
- DYOGO: PAÍS PODE CRESCER DE 2,5% A 3% NOS PRÓXIMOS 5 ANOS SEM PRESSIONAR IPCA
- GUARDIA: PIB DEVE CRESCER 3% EM 2018 E 3% EM 2019, MESMO SEM REFORMAS
- PRÉVIA DA INFLAÇÃO É DE 0,21%, A MENOR PARA ABRIL DESDE 2006
- LAGARDE AFIRMA QUE REFORMAS NÃO ESTÃO COMPLETAS AINDA
- DIRETOR DO BC, CARLOS VIANA VOLTA A DEFENDER REFORMAS

- DECRETO INCLUI ELETROBRAS NO PPI E NO PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO
- GUARDIA: TEMOS QUE TRABALHAR EM CONDIÇÕES PARA PROCESSO DE QUEDA DE JUROS
- VOLVO PLANEJA LANÇAR CAMINHÃO ELÉTRICO NO BRASIL EM 2019
- FROTA DE MOTOS ENCOLHE E ENVELHECE COM A CRISE
- CAOA TRIPLICA BASE DE FORNECEDORES COM MAIOR NACIONALIZAÇÃO
- GRUPO VW TERÁ CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES EM PORTUGAL
- FROTA DE VEÍCULOS PESADOS EMPACA EM 2,27 MILHÕES
- BASF ELEVA PRESENÇA FEMININA NA LIDERANÇA DA AMÉRICA DO SUL
- FINANCIAMENTOS DE VEÍCULOS AVANÇAM 20% NO TRIMESTRE
- FROTA CIRCULANTE CRESCE POUCO MAIS DE 1%
- ALUMÍNIO MANTÉM VOLATILIDADE E COBRE EXIBE VIÉS DE ALTA
- USIMINAS ELEVA LUCRO PARA R\$157 MI NO 1º TRIMESTRE
- BHP CORTA PERSPECTIVA DE PRODUÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO EM 2018
- RÚSSIA RECORRE À OMC POR TARIFAS DOS EUA AO AÇO E AO ALUMÍNIO
- IBOVESPA ENCOSTA NOS 86 MIL PONTOS COM VALE E SIDERÚRGICAS
- GLOBALIZAÇÃO SOB AMEAÇA
- ENTRE A ABERTURA E O ISOLAMENTO

CÂMBIO		
EM 20/04/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,411	3,411
Euro	4,188	4,189

Fonte: BACEN

Convite: Empreendedor é o futuro

20/04/2018 – Fonte: Rotary

Empreendedorismo, inovação e o segredo de negócios de sucesso.

Os três assuntos estarão reunidos num dos maiores eventos sobre startups e negócios disruptivos, realizado nos últimos tempos em Curitiba. Criadores do Ebanx, Hotmart e Contabilizei vão falar das suas jornadas neste universo.

O evento acontecerá no dia 8 de maio, no Teatro Guaira, às 20 horas. Vale destacar que a renda será revertida para projetos sociais, através do Rotary Clube, entre os quais:

- Hospital das Clínicas
- Centro Educacional João Paulo II
- Apacn
- Rotary Foundation

As inscrições custam R\$ 60,00 e os ingressos serão vendidos pelo Disk Ingressos.

Empreender é o Futuro!

Imperdível

Um evento capaz de mudar sua vida!
Venha potencializar suas ideias

85% 60%

CTMX 0.45 +0.10
FTR -0.23 -2.34%
CSGO -1.01 -1.88%
CHK 0.02 +0.10%
AAPL 12.50 +0.10%
PRYT 0.00 0.00%
AMZN 1.00 0.00%
TSLA 1.00 0.00%
AVGO 1.00 0.00%
SPL 1.00 0.00%

08 Maio Terça-feira 20h Teatro Guaira Evento Beneficente

DiskIngressos Ingresso Solidário: R\$ 60 Mais Informações: 41 99977-1819

Alphonse Voigt
CEO do EBANX

João Pedro Resende
CEO do Hotmart

Vitor Torres
CEO do Contabilizei

Entidades Beneficiadas: Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas, CENTRO DE EDUCACAO JOAO PAULO II, APACN, The Rotary Foundation

Realização: Empreender é o Futuro, Rotary Distrito 4730, DiskIngressos Beta

Justiça mantém contribuição sindical extinta pela reforma trabalhista

20/04/2018 – Fonte: Isto É Dinheiro

Cinco meses após o fim do imposto sindical, com a entrada em vigor da nova legislação trabalhista, sindicatos de todo o País têm conseguido liminares na Justiça para manter a contribuição, que é uma de suas principais fontes de receita.

Segundo levantamento online feito por advogados de associações de trabalhadores, já são 123 decisões a favor dos sindicatos, sendo 34 em segunda instância – a pesquisa não informa as decisões contrárias. O Judiciário não tem um levantamento oficial sobre o tema, mas já houve liminares derrubadas em segunda e terceira instâncias.

Em Santa Catarina, de acordo com o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, que contabilizou os processos, são 54 decisões favoráveis às entidades de trabalhadores até agora e apenas um contra.

A judicialização da briga em torno da contribuição obrigatória é o segundo passo dos sindicatos na tentativa de manter suas receitas. O primeiro foi a realização de assembleias extraordinárias para votar a continuidade da contribuição. Os sindicatos defendiam que, se a contribuição fosse aprovada em assembleia, ela se tornaria válida para toda a categoria. A decisão na assembleia, porém, não obrigava a empresa a reter o valor – o que levou as entidades a entrarem na Justiça.

Por enquanto, ao menos um sindicato do País saiu vitorioso dessa briga e deverá receber, até o fim deste mês, a quantia equivalente a um dia de trabalho de cada funcionário. O caso envolve o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de São Paulo (STIA) e a empresa de laticínios Vigor.

O STIA conseguiu, no mês passado, uma liminar em primeira instância que obriga a Vigor a reter a contribuição dos funcionários da fábrica de São Caetano do Sul (SP) e repassar o valor à entidade.

A empresa afirma que “por hora, cumpre decisão liminar”, mas que aguarda posição definitiva do Poder Judiciário. O sindicato espera receber o dinheiro dos cerca de 650 empregados até o próximo dia 30. O STIA entrou com 53 processos na Justiça, cada um contra uma empresa diferente. Por enquanto, foram seis liminares favoráveis.

No Rio, o Sindicato dos Comerciários, um dos maiores da cidade, também entrou com diversas ações ao mesmo tempo. Foram 30 até agora e seis liminares favoráveis.

Em sua briga na Justiça, os sindicatos têm se valido de um documento da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) que afirma que a contribuição sindical tem natureza de imposto e, portanto, só pode ser modificada por uma lei complementar – a reforma trabalhista se deu por meio de uma lei ordinária. O texto da Anamatra, porém, não tem valor legal.

Do outro lado da briga, as empresas Aliança Navegação e Logística e a Hamburg Süd foram as que conseguiram a maior vitória até agora. Elas foram as primeiras a obter, em terceira instância, a suspensão da liminar que favorecia o sindicato de seus funcionários. As empresas informaram que recorreram após os trabalhadores reclamarem “voluntariamente” da liminar.

Para o jurista Ives Gandra da Silva Martins, ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, a empresa que não recorrer das liminares favoráveis aos sindicatos pode ter problemas no futuro.

“Se o sindicato perder em juízo, os empregados podem entrar na Justiça cobrando esse valor da empresa, e não do sindicato, e também pedindo indenização por danos morais.” Para Gandra, o fim da obrigatoriedade da contribuição é constitucional. “A lei consagra o princípio constitucional de que a associação ao sindicato é livre. Portanto, não pode ter contribuição obrigatória.”

O advogado Fabio Chong, sócio do L.O. Baptista Advogados, destaca que o assunto só deve ser resolvido após discussão no Supremo Tribunal Federal (STF). Até agora, 15 Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) questionando o fim do imposto sindical foram protocoladas no Supremo.

Por enquanto, diante de liminar favorável aos sindicatos, o advogado Rodrigo Baldo, do escritório Miguel Neto, orienta que as empresas peçam para os trabalhadores fazerem um documento caso sejam contrários à retenção da contribuição.

Metalúrgicos da Ford em SP aprovam acordo de estabilidade até 2019, diz sindicato

20/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Falta de investimento em novos produtos na unidade do ABC paulista motivou pedido de estabilidade



Metalúrgicos da fábrica da Ford em São Bernardo do Campo (SP) aprovaram nesta quinta-feira acordo de estabilidade no emprego até novembro de 2019, informou o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

O acordo pode ser revisto se a montadora norte-americana anunciar investimentos na fábrica, que emprega 3.200 trabalhadores, informou a entidade em comunicado à imprensa.

"Pautamos a estabilidade justamente porque não há o investimento em novos produtos, caso a empresa nos comunique este investimento voltaremos para as negociações", disse no comunicado o coordenador da representação sindical na Ford, José Quixabeira de Anchieta.

No primeiro trimestre, a Ford teve vendas de 49,7 mil automóveis e comerciais leves, crescimento de 17% sobre o volume licenciado no mesmo período do ano passado. As vendas de caminhões da empresa, também produzidos em São Bernardo do Campo, subiram 10%, a 1,67 mil unidades.

As vendas de veículos no Brasil no primeiro trimestre subiram 15,6% sobre o mesmo período do ano passado, para 545,5 mil unidades

Trabalhadores da Ford aprovam acordo de estabilidade de emprego até 2019

20/04/2018 – Fonte: G1

Unidade onde são produzidos o Fiesta e caminhões tem 3.200 funcionários. Sindicato reclama que montadora não tem investido nela.

Os trabalhadores na Ford em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, aprovaram nesta quinta-feira (19) um acordo para estabilidade no emprego até novembro de 2019.

A unidade possui 3.200 funcionários e produz o Fiesta, além de caminhões das linhas Cargo e Série F.

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC reclama que a montadora não tem investido na fábrica. Os projetos de carros mais recentes, do Novo Ka, Ka Sedan e da reestilização do EcoSport, por exemplo, ficaram com a unidade de Camaçari (BA).

"O acordo tranquiliza os trabalhadores, mas não o sindicato. Pautamos a estabilidade justamente porque não há o investimento em novos produtos. Caso a empresa nos comunique este investimento, voltaremos para as negociações.

Queremos ter produção no ABC por muitos anos e precisamos construir esta negociação”, explicou o coordenador da representação sindical na empresa, José Quixabeira de Anchieta.

Segundo a entidade, caso haja novos investimentos na unidade, o acordo poderá ser revisto.

A convenção prevê ainda reposição da inflação na data-base da categoria (1º de setembro), o pagamento da PLR (Participação dos Lucros e Resultados) corrigida pelo do INPC e a antecipação para fevereiro 2019 do pagamento da primeira parcela do 13º salário daquele ano.

Após um ajuste de mão de obra, que ainda será realizado pela fábrica, os trabalhadores da área administrativa (mensalistas) também serão contemplados pelo acordo de estabilidade.

Volkswagen

A Volkswagen também tem acordos de estabilidade com funcionários. Em São Bernardo do Campo, na fábrica da Anchieta, o pacto garante os empregos até 2021 desde que assegurado um volume de produção de 120 mil unidades no ano.

Recentemente, a unidade abriu o terceiro turbo e está perto da capacidade máxima. Há um acordo semelhante em São José dos Pinhais (PR). Em Taubaté, a estabilidade é até 2022, também condicionada a meta de produção.

Por PLR, trabalhadores da Hitachi entram em greve em São José dos Campos

20/04/2018 – Fonte: G1

Sindicato pede PLR de R\$ 7,7 mil e, segundo a entidade, foi oferecido R\$ 5,5 mil. Paralisação começou nesta quinta-feira (19).

Trabalhadores da Hitachi, em São José dos Campos (SP), entraram em greve na manhã desta quinta-feira (19). Eles reivindicam o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) no valor de R\$ 7,7 mil.

De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos, que representa os trabalhadores, a empresa ofereceu R\$ 5,5 mil - mesmo valor pago no ano passado.

A greve foi votada em assembleia nesta manhã, às 7h. A unidade tem cerca de 350 empregados, divididos em três turnos, e produz aparelhos de ar-condicionado.

Outo lado

A Hitachi informou que mantém abertas as negociações com o Sindicato dos Metalúrgicos sobre a PLR, tendo protocolado uma reunião para o dia 25, 'motivo pelo qual não compreende o motivo da paralisação'.

A empresa informa ainda que sugeriu um valor com base nos indicadores econômicos internos e externos e ressalta que o último PLR pago, referente a 2017, foi 25% acima do ano anterior, em 2016.

Construção corta 2,3 mil vagas de trabalho em fevereiro

20/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O setor da construção civil demitiu 2,3 mil trabalhadores entre janeiro e fevereiro no País. Com isso, a quantidade de pessoas empregadas na área caiu 0,10%, para 2,303 milhões. Já no acumulado dos últimos 12 meses, foram cortadas 94,8 mil vagas, o equivalente a um recuo de 3,95%.

Os dados são da pesquisa realizada pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), com base em informações do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE).

A queda do nível de emprego em fevereiro, após uma ligeira retomada em janeiro, mostra que o ritmo de atividade da construção segue bastante reduzido, comenta o presidente do SindusCon-SP, José Romeu Ferraz Neto.

“Isso mostra a persistência da retração nos investimentos de longo prazo, à espera de melhor previsibilidade em relação às perspectivas políticas e econômicas”, diz.

Em fevereiro, a redução nos postos de trabalho foi registrada nas regiões Norte (-1,90%), Sudeste (-0,19%) e Nordeste (-0,03%). Por sua vez, houve criação de vagas nas regiões Sul (0,43%) e Centro-Oeste (0,42%).

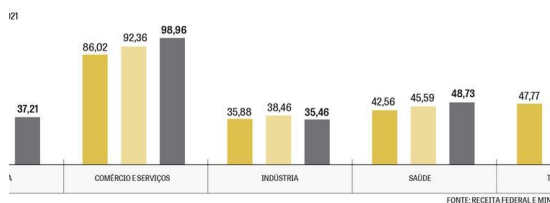
No Sudeste, as quedas se concentraram no Rio de Janeiro (-1,06%) e em São Paulo (-0,09%). Espírito Santo e Minas Gerais tiveram alta de 0,52% e 0,12%, respectivamente.

PLDO prevê alta de renúncia fiscal em incentivos a principais setores e folha

20/04/2018 – Fonte: DCI

Gastos tributários com empresas de comércio e serviços, por exemplo, devem ir de R\$ 86 bilhões em 2019 a R\$ 96 bilhões em 2021; enquanto com trabalhadores irá de R\$ 15 bilhões a R\$ 17 bilhões

com renúncia fiscal, por segmento



O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2019 prevê avanço nos gastos tributários com a desoneração de folha de pagamentos e incentivos aos principais setores da economia até 2021.

Apesar da tentativa do governo federal de aprovar a reoneração da folha no Congresso Nacional, o documento orçamentário ainda prevê renúncia fiscal de R\$ 15 bilhões no próximo ano com o benefício concedido a partir de 2012 e 2013, e gastos de R\$ 16,1 bilhões em 2020 e de mais R\$ 17,3 bilhões, em 2021, o que significaria um aumento de 13% em três anos, em termos nominais.

Além da folha, os dispêndios tributários com os setores de comércio e serviços estão avaliados em R\$ 86 bilhões para 2019. Já para os dois anos seguintes, o governo projeta despesas de R\$ 92 bilhões e R\$ 96 bilhões, respectivamente (2020,2021).

Já na indústria, espera-se renúncia fiscal de R\$ 35,8 bilhões em 2019 e de R\$ 38,4 bilhões em 2020, porém, em 2021, esse gasto deve recuar para R\$ 35,4 bilhões.

O Simples Nacional e os benefícios da Zona Franca de Manaus são algumas das maiores renúncias referentes aos principais segmentos. Em relação ao Simples, o gasto tributário calculado pelo governo federal na PLDO deve chegar a R\$ 67,3 bilhões em 2019; a R\$ 71,9 bilhões em 2020 e a R\$ 76,8 bilhões em 2021. Já na indústria,

esses valores, para os mesmos anos, são: R\$ 19,2 bilhões, R\$ 20,6 bilhões e R\$ 22 bilhões.

Na avaliação do coordenador do curso de administração do Instituto Mauá de Tecnologia (IMT) Ricardo Balistiero, "é impossível criticar o Simples", principalmente neste momento de recuperação de economia. Para ele, o programa é uma conquista de um longo debate no País a respeito da simplificação tributária e, por ser um estimulador da atividade, deve ser mantido.

Sem força

O professor de economia da Universidade de Brasília (UNB) José Luis Oreiro também defende o Simples e avalia que a desoneração da folha é uma das principais renúncias que precisa ser revertida. No entanto, o especialista ressalta que, hoje, o poder Executivo não tem a menor força de aprovar o projeto de reoneração que tramita no Congresso.

Balistiero acrescenta que o presidente Michel Temer perdeu o poder de articulação com o Congresso desde 2017. Além disso, os deputados disputam entre si para tentar retirar determinados setores da proposta. Para os especialistas, será muito difícil aprovar o projeto em ano eleitoral e, se este passar, o seu impacto fiscal deve ser irrisório.

Por fim, Balistiero reforça que a desoneração da folha já não faz mais sentido, atualmente. Ele lembra que, entre 2012 e 2013, a medida foi implementada para tentar incentivar o setor exportador industrial e reduzir a folha de pagamento de multinacionais, diante da valorização do real frente ao dólar, situação diferente da de hoje.

A medida definiu que as empresas podem substituir a contribuição previdenciária de 20% da folha de salários, por uma alíquota de 1% a 2% sobre a receita bruta.

Zona Franca

Por sua vez, os incentivos tributários para a indústria na Zona Franca de Manaus devem gerar uma renúncia fiscal de R\$ 6 bilhões em 2019, R\$ 6,5 bilhões em 2020 e em R\$ 7,1 bilhões em 2021.

Para as empresas de comércio e serviços, os gastos tributários para os próximos três anos são estimados em R\$ 16,7 bilhões, R\$ 18,3 bilhões e R\$ 20 bilhões.

Balistiero avalia que alguns incentivos tributários poderiam ser reduzidos nessa região industrial.

"A Zona Franca existe há cerca de 50 anos. Nesse período, já deu tempo para muitas empresas se estabelecerem, de forma a não precisarem da ajuda integral do governo. Não defendo uma exclusão de todos os benefícios, mas, sim, uma diminuição e revisão deles", complementa o coordenador do IMT.

Já Oreiro é a favor do regime de tributário da Zona Franca por estimular a atividade industrial e afirma que, na verdade, o que falta ao sistema de incentivos fiscais são estudos de custos e benefícios. Uma das novidades da PLDO de 2019, inclusive, é o estabelecimento de metas e indicadores para os novos incentivos.

Balistiero, por sua vez, afirma que muitas das isenções tributárias são importantes para a economia, como o Simples e a cesta básica, por exemplo.

Para o especialista, outras medidas podem ser implementadas para compensar a renúncia fiscal de programas essenciais. Balistiero diz que o governo a tributar a distribuição de lucros e dividendos, bem como passar a cobrar impostos de investimentos financeiros, como LCI e LCA.

Setor acumula déficit de US\$ 5,6 bi na balança comercial no 1º tri, diz Abiquim

20/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O déficit acumulado da balança comercial de produtos químicos atingiu US\$ 5,6 bilhões no primeiro trimestre do ano, o que representa um aumento de 12,5% em relação ao mesmo período de 2017, informa a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim).

No primeiro trimestre de 2018, as importações de produtos químicos somaram US\$ 9 bilhões, uma elevação de 9,1% em relação ao mesmo período de 2017. Já as exportações, de US\$ 3,4 bilhões, apresentaram acréscimo de 3,9% na mesma comparação.

Em nota, a Abiquim destaca que apesar da recente queda das importações de intermediários para fertilizantes, respectivamente de 33,7% em quantidades e de 25,4% em valor, a categoria foi o principal item da pauta de importação de produtos químicos, com compras de US\$ 1,2 bilhão e de 4,5 milhões de toneladas no primeiro trimestre. Os preços médios desses produtos subiram 12,5%.

No primeiro trimestre do ano, o volume das importações de produtos químicos, foi de 8,5 milhões de toneladas, uma redução de 21,3% em relação ao mesmo período do ano passado. A perspectiva para o ano, no entanto, informa a Abiquim, não foi alterada. A previsão é de déficit de US\$ 25 bilhões na balança comercial de produtos químicos.

“A dependência por importações no segmento deixou o País vulnerável às flutuações do câmbio e dos preços. É preciso que o Governo proporcione condições para o produto nacional competir no próprio mercado interno e retome a participação do que hoje é importado sobre o consumo nacional”, defende em nota o presidente-executivo da Abiquim, Fernando Figueiredo.

12 meses

Nos últimos 12 meses (abril de 2017 a março de 2018), o déficit da balança comercial totaliza US\$ 24,1 bilhões. As resinas termoplásticas, com vendas externas de US\$ 517,5 milhões no primeiro trimestre, foram o grupo mais exportado, mas com uma redução de 15,5% em relação ao mesmo período de 2017.

Em março, especificamente, as importações de produtos químicos chegaram a US\$ 3 bilhões, um aumento de 2,8% em relação a fevereiro. As exportações, de US\$ 1,2 bilhão, registraram elevação de 9,6% em igual comparação.

GM inclui presidente do eBay no conselho da empresa

20/04/2018 – Fonte: G1

Devin Wenig, da gigante do comércio eletrônico, vai agregar conhecimento em tecnologia, operação global e planejamento estratégico, diz a montadora.

A General Motors, dona da Chevrolet, passará a ter o presidente do e-Bay entre seus conselheiros. Ao fazer o anúncio, nesta quinta-feira (19), a presidente-executiva da montadora, Mary Barra, afirmou que Devin Wenig vai agregar conhecimento em tecnologia, operação global e planejamento estratégico ao grupo.

A presença de executivos no conselho de outras empresas que não a que eles atuam é comum, desde que não sejam do mesmo ramo. Recentemente, no Brasil, a companhia de alimentos BRF anunciou que o presidente da Petrobras, Pedro Parente, iria fazer parte do conselho.

Dos 11 conselheiros da GM, só 1 é funcionário da montadora.

Barra destacou a experiência de Wenig com o consumidor e os "insights" no campo do comércio eletrônico, onde o e-Bay é um dos maiores do mundo.

Futuro do negócio

As montadoras se prepararam para um futuro em que serão mais do que fabricantes de veículos. A GM, por exemplo, possui um programa de compartilhamento de carros chamado Maven nos Estados Unidos. Ele deverá chegar ao Brasil ainda neste ano.

Além disso, a montadora investe na Lyft, empresa de transportes concorrente do Uber.

Outras marcas, como BMW e Mercedes-Benz, estão entrando no sistema de assinatura de carros em que, mediante uma mensalidade, o cliente tem direito a usar o modelo que desejar.

Ministro mantém em 3% previsão de crescimento para o Brasil este ano

20/04/2018 – Fonte: Agência Brasil

A previsão oficial de que a economia brasileira crescerá 3% este ano e em 2019 está mantida, disse hoje (19) o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia. Ele classificou de normais os indicadores recentes, que saíram abaixo do esperado, dizendo que, em determinadas fases do ciclo de recuperação, é esperado que alguns resultados venham aquém do previsto.

“O Brasil saiu da recessão. Estamos no caminho do crescimento. Todos os segmentos estão crescendo, inclusive os investimentos, como em bens de capital [máquinas e equipamentos usados na produção].

Temos também inflação sob controle e patamar de juros menor que a gente nunca viu. O importante é a tendência”, declarou o ministro, que participa de reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, em Washington, em entrevista cujo áudio foi fornecido pela assessoria da pasta.

Eduardo Guardia, no entanto, não descartou a possibilidade de o governo rever as estimativas caso seja necessário. Ele voltou a defender a necessidade de o governo prosseguir com as reformas estruturais para elevar o crescimento potencial – o quanto o país cresce sem a interferência de fatores externos – do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país) brasileiro.

Segundo o ministro, a economia só poderá crescer mais e de forma sustentável com a reforma da Previdência, a reforma tributária, as concessões na área de infraestrutura e a capitalização da Eletrobras e os leilões de exploração da camada pré-sal. De acordo com ele, caso o país consiga levar adiante essas medidas, o PIB potencial subiria de 2,5% para “algo entre 3,5% a 4%”.

Oficialmente, os ministérios da Fazenda e do Planejamento projetam crescimento de 3% para o PIB em 2018 e 2019, 2,4% em 2020 e 2,3% em 2021. Para este ano, as estimativas estão mais otimistas que as do mercado. Segundo o boletim *Focus*, pesquisa com instituições financeiras feita semanalmente pelo Banco Central, os analistas apostam em crescimento de 2,76% para 2018, contra previsão de 2,9% no início de março.

Entre as principais reformas que precisam ser feitas para elevar o PIB potencial brasileiro, Guardia citou a da Previdência, a tributária, os projetos de concessões na área de infraestrutura e os processos de atração de investimento (como a capitalização da Eletrobras e leilões para exploração do pré-sal pela Petrobras), que seriam a prioridade para este ano.

Reforma tributária

O ministro afirmou que a proposta que simplifica o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) deve ir ao Congresso no início de maio.

Ele disse que o governo está empenhado em enviar, ainda este ano, outra proposta para simplificar o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), mesmo este sendo um ano eleitoral. "A relação com o Congresso é boa e são temas de interesse do país. Haverá espaço para dialogar", destacou.

Pela manhã, Guardia participou de uma reunião com ministros das Finanças de outros países sobre a Venezuela. Segundo o ministro, os participantes mostraram preocupação com a economia e a situação humanitária do país vizinho. Ele disse que é preciso continuar acompanhando a evolução do cenário.

Há quem aposte no Brasil desanimado

20/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Gente graúda da finança global sugere investir aqui; confiança empresarial cai

Os empresários industriais brasileiros ficaram menos otimistas em abril, indicam pesquisas da FGV e da CNI, a Confederação Nacional da Indústria. Há gente grande da finança mundial animada com o Brasil, como um pessoal do Goldman Sachs, que acaba de recomendar a compra de ativos brasileiros, ações em particular.

Não há relação necessária entre o ânimo nas fábricas daqui e os ânimos inconstantes dos mercadores de dinheiro do mundo, claro. Mas a discrepância chama um pouco a atenção neste momento.



Especula-se que um dos motivos da lerteza persistente da economia seja a eleição. Ainda mais que em 1989 o resultado parece incerto. Colocar dinheiro nesse ambiente parece temerário.

A Bolsa ainda está perto do pico recente, "cara". O real pode tropeçar nas pesquisas eleitorais. Mesmo a atividade econômica real pode fraquejar ainda mais, a depender da política. A vitória de um candidato palatável tampouco é um seguro, pois o Congresso tende a ser mais fragmentado do que na eleição de 2014 e tão ruim quanto.

Ainda assim, o Brasil pega carona na animação restante da finança com os mercados emergentes, que estão no pódio das preferências dos gestores de investimentos no levantamento de março do Bank of America Merrill Lynch.

Em relatórios de bancões, nota-se como os emergentes resistiram aos solavancos financeiros atribuídos ao risco de guerra comercial. Neste ano, as Bolsas desses países estão no azul; as americanas e as europeias, zeradas ou no vermelho, nos índices mais abrangentes.

Parte dessa animação com emergentes parece vir dos preços de commodities, do petróleo em particular: chegou ao maior nível desde fins de 2014. O barril do tipo

Brent está perto de US\$ 74, alta de 39% em um ano. Convém lembrar que o Brasil é agora petroleiro também.

Sauditas e russos conseguiram fazer com que países petrolíferos baixassem a produção desde o fim de 2016; a Venezuela produz menos por inépcia extrema; há risco de sanções americanas contra o Irã e a confusão habitual no Oriente Médio voltou a piorar. Assim, o petróleo encareceu.

Quanto a este canto do mundo, por ora, o real se mantém no patamar mais desvalorizado, de R\$ 3,40 (ante algo em torno de R\$ 3,25 do último ano), na contramão da maioria das moedas emergentes mais relevantes, embora a nossa queda não tenha sido lá nada dramática.

Juros menores no Brasil, menos intervenção do Banco Central e receio com a eleição e a economia fraca seriam as causas da baixa, se especula. Em março, os estrangeiros deram uma saída da Bolsa, onde fazem metade dos negócios. Começaram a voltar neste abril.

Esses movimentos, porém, também não são muito expressivos de opinião alguma sobre as possibilidades dos mercados financeiros daqui.

Para quem gosta de pensar no que fizeram mercados e cidadãos nas eleições passadas, considere-se o que aconteceu no tumulto de 2002, ano da primeira eleição de Lula.

O dólar começou a subir de modo lento e gradual em abril. Perto de março, Lula e Roseana Sarney estavam empatados. Em julho, Ciro Gomes chegava perto do petista, que viria a disparar com o início do horário eleitoral, em agosto. Em setembro, começaria o pânico nos mercados, com desvalorizações dos ativos brasileiros, os quais muita gente comprou na xepa, de baciada, fazendo bilhões com a paz que viria logo, em 2003. Mesmo com Lula lá, o tumulto começou tarde, notem.

Vinicius Torres Freire - Na Folha desde 1991. Foi secretário de Redação, editor de 'Dinheiro', 'Opinião' e correspondente em Paris.

Liberar FGTS teria impacto de R\$ 25 bi

20/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

A liberação do FGTS para o trabalhador que pedir demissão poderá drenar de R\$ 23 bilhões a R\$ 25 bilhões por ano do Fundo de Garantia, colocando em risco sua sustentabilidade no médio prazo, segundo estudo do Ministério do Planejamento. Em entrevista ao *Estadão/Broadcast*, o ministro Esteves Colnago, disse que, diante desses dados, o governo é “obviamente contra” a liberação.

A proposta para liberar os recursos para quem pedir demissão foi aprovada em comissão do Senado na semana passada e tem grande potencial eleitoral, já que o rendimento do dinheiro depositado no FGTS é bem mais baixo do que as taxas de mercado. O líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR), conseguiu ontem evitar que a proposta seguisse imediatamente para a Câmara dos Deputados e ela deverá ser analisada no plenário, pelos senadores.

O ministro descartou a adoção de medidas de olho na eleição. “Não tem o menor perigo de a gente caminhar para uma ação eleitoral (na economia) como em anos anteriores.”

O levantamento ficou pronto na quarta-feira, 18, e mostra que, em 2021, a disponibilidade do fundo já seria insuficiente para compor uma espécie de colchão de recursos que precisa ter para fazer frente aos futuros saques. Segundo a legislação, esse colchão precisa ter o equivalente à soma dos resgates dos três meses anteriores.

O ministro disse que só haveria possibilidade de dar aval à medida se não houvesse risco à sustentabilidade do FGTS. Como os cálculos mostram o contrário, o Planejamento se posicionou contrário à iniciativa.

A simulação considera o fluxo normal de pedidos de demissão e um cenário de investimentos em habitação, infraestrutura e saneamento com recursos do FGTS em torno de R\$ 81 bilhões ao ano.

O impacto poderia ser maior, segundo o ministro, porque o cálculo não leva em conta o risco de a medida incentivar trabalhadores a pedirem demissão para resgatar a poupança acumulada durante a carreira.

“O número pode estar subestimado, porque não tenho como prever o comportamento das pessoas”, disse Colnago. Segundo o ministro, seria um risco a ser avaliado pelo trabalhador, que dependeria de boa empregabilidade para se recolocar.

O FGTS tem perto de R\$ 500 bilhões em ativos. Tirando o que é aplicado em investimentos, a disponibilidade é de R\$ 111,2 bilhões. A projeção do governo é de que ao fim de 2018 as disponibilidades do fundo cheguem a R\$ 117,53 bilhões, já mostrando reação após o saque de R\$ 44 bilhões de contas inativas, mesmo com a introdução da modalidade de rescisão por acordo (que permite ao trabalhador ter acesso a 80% do seu FGTS).

Entre 2016 e 2017, as disponibilidades caíram de R\$ 155,60 bilhões para R\$ 111,20 bilhões.

PIS/Pasep

O ministro disse que a liberação irrestrita dos saques do PIS/Pasep, para trabalhadores com vínculo ao fundo até 1988, não terá grande impacto sobre o BNDES, que terá de devolver recursos para viabilizar os resgates. Ao mesmo tempo, o banco negocia a antecipação de R\$ 100 bilhões ao Tesouro.

“A liquidez do BNDES para este ano está muito tranquila”, disse o ministro. Ele defendeu a liberação ampla dos saques do PIS/Pasep, hoje restritos a quem tem mais de 60 anos.

Em Washington, o presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, afirmou que o conjunto de medidas que o governo pretende adotar para a extensão da liberação de recursos do FGTS e PIS/Pasep para contribuintes não deve afetar a instituição.

Dyogo: País pode crescer de 2,5% a 3% nos próximos 5 anos sem pressionar IPCA

20/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, afirmou que o Brasil pode crescer entre 2,5% e 3% nos próximos cinco anos sem gerar pressões de alta da inflação. “Nossa recuperação tem sido gradual, mas continuada. Desde meados do ano passado, ocorre um processo bastante consolidado de crescimento”, apontou.

“É um cenário muito positivo que estamos vendo. Com algumas decisões corretas, reformas e consolidação das contas públicas, o Brasil vai ter um longo ciclo de crescimento.”

Para Oliveira, o PIB do País deve expandir entre 2,5% e 3% neste ano, o que classificou como um ritmo extremamente positivo, dado que o Brasil saiu de dois anos seguidos de queda do Produto Interno Bruto (PIB). “Há agora o resultado de um processo de consolidação da política econômica, com transparência, confiança na gestão da política econômica. Esse ano sem dúvida será muito positivo.”

O presidente do BNDES destacou que o Brasil ainda registra um nível de ociosidade elevada da capacidade instalada, pois tal indicador está em 75%. Ele destacou que o processo eleitoral neste ano gera incertezas para investidores. "Temos percebido que há uma confiança muito elevada na economia brasileira, e isso tem aparecido através da demanda de projetos lá no banco."

Segundo Oliveira, o BNDES está aprofundando a aproximação com instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o BID. O foco desta ação é viabilizar a maior arrecadação de recursos para financiar projetos de longo prazo no País.

Guardia: PIB deve crescer 3% em 2018 e 3% em 2019, mesmo sem reformas

20/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, afirmou que o Brasil deve crescer 3% em 2018 e também 3% em 2019, mesmo sem a adoção de mais reformas estruturais pelo governo. "Mas, com reformas, o crescimento potencial sai de um nível ao redor de 2,5% para um patamar entre 3,5% e 4%", destacou.

Contudo, Guardia ressaltou que as reformas estruturais precisam avançar no País, mas é necessário "atacar a questão fiscal, o que requer aprovação da reforma da Previdência Social." Ele destacou que o teto de gastos do governo ficaria inviável se não ocorrer uma mudança estrutural do sistema de benefícios para aposentados no País.

"Precisamos também atacar a questão tributária, que é custo para governo e empresas. Precisamos fazer reforma tributária, sem descuidar da questão fiscal", apontou Guardia.

Segundo o ministro, é necessário para o Brasil o incremento dos investimentos, o que requer marcos regulatórios adequados. "Também são cruciais as privatizações, investimentos de infraestrutura com recursos do setor privado e equilíbrio fiscal", disse.

O ministro apontou outros fatores que ajudarão no crescimento sustentável da economia, como medidas para reduzir o custo do crédito, como cadastro positivo e duplicata eletrônica. "Estamos discutindo autonomia operacional do BC, o que é importante para continuar a redução dos juros."

Guardia afirmou ainda que a estimativa do Fundo Monetário Internacional (FMI) de crescimento de 2,3% para o Brasil neste ano "está um pouco mais conservadora" do que a média de economistas no País, que estimam que o PIB deve avançar 2,8%. Guardia destacou que a previsão do governo é de alta do PIB de 3% em 2018 e também de 3% para 2019.

"O Brasil saiu da recessão. Estamos no caminho do crescimento. Todos os segmentos estão crescendo, inclusive os investimentos, como em bens de capital. Temos também inflação sob controle e patamar de juros menor que a gente nunca viu", disse o ministro. "O que é importante é a tendência."

Ele fez os comentários para jornalistas em meio a sua jornada de reuniões no encontro do FMI em Washington.

Prévia da inflação é de 0,21%, a menor para abril desde 2006

20/04/2018 – Fonte: Agência Brasil

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) registrou variação de 0,21% em abril, informou hoje (20), no Rio de Janeiro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O indicador mede a inflação do dia 15 de um mês ao

dia 15 do mês seguinte e funciona como uma prévia da inflação oficial, medida pelo IPCA.

A variação registrada é a menor para um mês de abril desde 2006 e o acumulado entre janeiro e abril, 1,08%, é o menor desde o início do Plano Real em 1994. O resultado de abril ficou 0,11 ponto percentual acima da taxa de março, acumulando 2,8% em 12 meses.

O grupo Comunicação foi o único que apresentou queda na variação de preços, com -0,15%. As maiores variações foram registradas em Saúde e Cuidados Pessoais (0,69%) e Vestuário (0,43%).

Variação nos preços é a menor para um mês de abril desde 2006. Acumulado entre janeiro e abril (1,08%) é o menor desde o início do Plano Real em 1994. Arquivo/Agência Brasil

O índice para Alimentação e Bebidas ficou perto da estabilidade: 0,15%.

Entre as capitais pesquisadas, o Rio de Janeiro teve a maior variação com 0,43% de inflação, enquanto Recife e Goiânia anotaram deflação de -0,07% e -0,1%, respectivamente.

Lagarde afirma que reformas não estão completas ainda

20/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

A diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, afirmou que “o crescimento no Brasil está ocorrendo com reformas, que não estão completas ainda”. Para ela, é importante o País “fazer a consolidação fiscal de forma adequada ao crescimento”.

O comentário vem após a divulgação do documento Monitor Fiscal em que o FMI recomendou que o governo brasileiro acelere o ritmo do ajuste das contas públicas nacionais numa conjuntura de melhor velocidade de expansão do PIB.

O Fundo estima que o Produto Interno Bruto avançará 2,3% neste ano e 2,5% em 2019: “Reformas não são fáceis, mas recomendamos que ocorram a fim de os países manterem o crescimento sustentado por um período prolongado”.

Lagarde, disse ainda que um ajuste súbito do processo de normalização da política monetária nos principais bancos centrais pelo mundo pode alterar os fluxos de capitais internacionais.

Diretor do BC, Carlos Viana volta a defender reformas

20/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O diretor de Política Econômica do Banco Central, Carlos Viana de Carvalho, afirmou nesta quinta-feira, 19, que o Brasil deve continuar no caminho das reformas para sustentar a inflação baixa, os juros baixos e o crescimento econômico.

O comentário de Viana, feito em evento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington, nos EUA, retoma uma ideia já presente nas comunicações oficiais mais recentes do Banco Central.

Viana destacou os “significativos progressos” do País nos ajustes e reformas da economia, “com várias medidas estruturais já provadas e múltiplas iniciativas em progresso”.

O diretor do BC também repetiu que a perspectiva global é benigna, cenário que não vai durar para sempre. Além disso, assim como o presidente do BC, Ilan Goldfajn, Viana indicou que a perspectiva é de corte adicional da Selic (a taxa básica de juros) em maio.

Depois, segundo Viana, o Comitê de Política Monetária (Copom) vê como apropriado interromper o processo de flexibilização monetária, para avaliar os próximos passos.

Decreto inclui Eletrobras no PPI e no Programa de Desestatização

20/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

Decreto assinado nesta quinta-feira, 19, pelo presidente Michel Temer aprova as recomendações estabelecidas na Resolução nº 13, de 23 de agosto de 2017, e na Resolução nº 30, de 19 de março, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para início dos procedimentos necessários à contratação dos estudos pertinentes para uma futura capitalização da Eletrobras.

“Fica qualificada, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), e incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND), a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras), para início dos procedimentos necessários à contratação dos estudos pertinentes, tão logo seja aprovado pelo Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 9.463, de 2018”, diz o texto, que procurou deixar claro que não é intenção do governo atropelar o Congresso.

O texto diz ainda que ficam aprovadas as recomendações quanto às atribuições do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para a realização dos estudos. O decreto destaca que caberá ao Ministério de Minas e Energia “constituir e coordenar os grupos de trabalho” que farão os estudos.

O decreto entrará em vigor nesta sexta-feira, 20, com sua publicação no Diário Oficial da União.

Guardia: temos que trabalhar em condições para processo de queda de juros

20/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, afirmou que “a responsabilidade de redução de juros é do Banco Central” e que o governo trabalha para viabilizar as condições para que o BC continue no processo de queda da Selic.

“Neste sentido, precisamos avançar nas reformas, ter situação fiscal equilibrada e elevar produtividade”, apontou.

Segundo o ministro, caso o processo de realização de reformas, sobretudo as fiscais, seja paralisado, o País corre o risco de retrocesso de conquistas como a volta do crescimento do PIB, depois de profunda recessão. “Mas o nível de atividade está em expansão, o crescimento não é isolado. Essa é notícia boa.”

O ministro também destacou que o regime de câmbio no Brasil é flutuante e que não pode antecipar a tendência deste preço relativo. “O que podemos dizer é que a economia passou por processo de ajuste, com resgate da confiança.”

Guardia ressaltou que, no seu primeiro dia nos encontros do Fundo Monetário Internacional (FMI), participou de algumas reuniões, como uma envolvendo autoridades do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que formam o acrônimo BRICS, na qual foram tratados temas de cooperação em Parcerias Público-Privadas (PPPs) e gestão dos bancos centrais.

“Também tivemos uma reunião com ministros da Fazenda de vários países, incluindo EUA, sobre a Venezuela”, disse o ministro. “Há preocupação de todos os países com a questão humanitária na Venezuela, que hoje tem o maior fluxo migratório do mundo. Precisamos continuar a monitorar a situação do País.”

Ele fez os comentários para jornalistas em meio à sua jornada de reuniões no encontro do FMI, em Washington.

Volvo planeja lançar caminhão elétrico no Brasil em 2019

20/04/2018 – Fonte: Automotive Business



Companhia pretende vender FL Electric para atender demanda tecnológica local, que avança mais rápido do que o esperado

A Volvo deve lançar seu primeiro caminhão elétrico no Brasil em 2019. O modelo, versão zero emissão do semipesado FL, é destinado à distribuição de produtos e mercadorias, para distâncias curtas, e já foi apresentado na Europa, onde já roda em teste e começa a ser vendido ainda neste ano.

“A demanda local surpreende. Os clientes querem associar a sua marca a tecnologias sustentáveis”, conta Alan Holzmann, diretor de estratégia de negócios da companhia no Brasil.

Ele cita que, globalmente, o modelo compete com o Tesla Semi com a vantagem de chegar antes ao mercado e de ser produzido por uma empresa com tradição no setor de transportes.

Segundo ele, o modelo é capaz de percorrer 300 quilômetros com apenas uma carga na bateria. O executivo aponta que a tecnologia foi desenvolvida a pedido de um cliente europeu. Segundo Holzmann, a evolução do caminhão foi rápida porque a montadora já contava com soluções eletrificadas e precisou apenas adaptar o sistema.

A Volvo garante que o lançamento da novidade no Brasil não será uma resposta à concorrência depois de a **MAN ter apresentado caminhão elétrico no ano passado**.

“Para nós, na verdade, é muito bom contar com outras empresas para dar força ao movimento do transporte sustentável, para divulgar a tecnologia”, diz.

Segundo a empresa, o FL Electric é solução adequada a logística nas cidades, onde a bateria pode ser recarregada no anda e para do tráfego urbano e a autonomia é mais do que o suficiente para os trajetos diários.

Para as estradas, a Volvo testa na Europa caminhão híbrido até agora com bons resultados, mas sem previsão de lançamento. A companhia já tem experiência na produção de ônibus híbridos. No Brasil a montadora vendeu as primeiras unidades com a tecnologia em 2012 e chegou a nacionalizar a montagem.

Com a queda da demanda, a operação está suspensa, mas a fabricante calcula que o País conte com 400 ônibus da marca com a tecnologia em circulação.

CAPACIDADE DAS BATERIAS AUMENTA E PREÇOS CAEM

Segundo a Volvo, ainda não foi necessário trocar as baterias dos ônibus híbridos que rodam no Brasil.

A empresa calcula que os dispositivos tenham vida útil de 10 anos em veículos, mas depois possam ter um segundo destino em situações menos severas, como a de armazenagem de energia gerada em painéis solares, por exemplo.

“Há startups surgindo com o objetivo de dar a destinação correta a baterias que já não funcionam mais para a indústria automotiva”, com Alan, estimando que os dispositivos possam ser usados por mais 20 ou 30 anos em outras aplicações, mas sem especificar como resolver o problema ambiental das baterias a partir daí.

Segundo ele, os preços das baterias estão em franca queda, com perspectiva de aumento do potencial de armazenamento de energia. A Volvo aponta que o movimento é puxado pelo segmento de veículos leves, que investe fortemente no desenvolvimento de elétricos.

BRASIL NA VANGUARDA TECNOLÓGICA

Segundo Holzmann, o Brasil tem se destacado globalmente pela demanda tecnológica para o setor de transportes.

Como exemplo, o executivo cita a importância local para o desenvolvimento de caminhões autônomos.

Depois da Suécia o Brasil é o segundo lugar do mundo a receber uma operação de veículos autoguiados da marca, em Maringá (PR), onde caminhões Volvo operam de forma autônoma na colheita de cana-de-açúcar. Segundo a montadora, os resultados são bastante positivos até aqui.

AUTÔNOMOS APENAS EM FECHADOS

Lars Terling, vice-presidente global da Volvo Trucks, visitou o Brasil para acompanhar mais uma etapa da Volvo Ocean Race, regata que tem uma de suas paradas em Itajaí (SC).

O executivo apresentou à imprensa algumas das apostas tecnológicas globais da companhia, incluindo automação e eletrificação. Segundo ele, no entanto, o motorista nunca perderá seu papel essencial no transporte de carga, ainda que a tecnologia avance. “O que fazemos é criar novos sistemas para ajudá-lo a enxergar o que ele não pode ver sozinho”, conta.

Apesar de a empresa trabalhar com caminhões autônomos em duas operações reais – no Brasil e na Suécia, Terling é um tanto cético quanto ao avanço da tecnologia nas estradas.

“Veremos muito disso em operações fechadas, onde é possível ter controle maior. Quando se trata de levar caminhões autônomos nas estradas tudo fica mais complicado, com situações difíceis de prever”, diz, sem dar um prazo para que a indústria consiga superar este desafio.

Segundo ele, a tendência é que os caminhões contem com muitos sistemas de assistência à direção, mas sem isentar o motorista de conduzir e gerenciar o transporte em algum nível.

Frota de motos encolhe e envelhece com a crise

20/04/2018 – Fonte: Automotive Business



Total recuou para pouco mais de 13 milhões; idade média passa dos 7 anos

A **frota** circulante de **motos** registrou queda de 3,2% em dois anos. Dos 13,64 milhões de unidades em 2015 restaram 13,2 milhões em 2017. O encolhimento é o resultado de seis anos consecutivos de queda de vendas no setor, em 2012 e 2013 pela menor oferta de crédito e daí em diante pela crise econômica.

Outra consequência foi o envelhecimento da frota. De 2012 para 2017 a idade média das motos saltou de 5 anos e 5 meses para 7 anos e 5 meses.

Os números vêm do estudo de frota circulante realizado anualmente pelo Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças).

Ainda de acordo com o Sindipeças, até 2016 as motos com 1 a 5 anos de uso eram 41% do total, que recuou para 37% em 2017. Já os modelos entre 6 e 15 anos, que representavam 54% do total em 2016, avançaram para 58% em 2017.

Leia também as análises do estudo do Sindipeças para veículos leves e pesados.

Caoa triplica base de fornecedores com maior nacionalização

20/04/2018 – Fonte: Automotive Business



A Caoa premiou seus 15 melhores fornecedores de 2017

Empresa premia os melhores parceiros de 2017 e oferece novas oportunidades com a chegada da Chery ao grupo

A **base de fornecedores do Grupo Caoa triplicou** de tamanho, passou de 30 para 92 empresas em apenas três anos, em claro sinal de crescimento de suas operações industriais, principalmente para atender as exigências do Inovar-Auto, o programa de desenvolvimento e proteção do setor automotivo nacional que vigorou de 2013 a 2017.

Na noite da quarta-feira, 18, o grupo realizou pela segunda vez a premiação dos melhores parceiros de sua cadeia de suprimentos, com a mensagem que suas compras devem continuar em crescimento, mesmo após o fim da exigência legal de nacionalização, especialmente por causa da incorporação da Chery aos negócios.

No período do Invar-Auto a empresa investiu R\$ 260 milhões para nacionalizar

processos e componentes, conseguiu localizar 190 itens usados na produção de veículos Hyundai em Anápolis (GO), na fábrica que completou 10 anos de atividade no ano passado. Agora, com a Chery, é certo que as compras nacionais vão crescer, mas em grau dependente das definições do próximo programa de desenvolvimento do setor, o Rota 2030, ainda com rumos incertos e não decididos no horizonte.

Witt afirma que a intenção é continuar a evoluir com os mesmos fornecedores, que vão receber mais pedidos com a chegada da Chery ao grupo. “Claro, vamos usar isso para negociar melhor com os senhores. No próximo ano quero receber aqui também os novos fornecedores da fábrica (da Chery) de Jacareí (SP)”, disse o executivo em sua apresentação que antecedeu a premiação.

“Mas é importante lembrar que essa aproximação também abre oportunidade de *sourcing* internacional e vocês poderão até exportar daqui para a China, principalmente com a valorização da moeda deles”, destacou.

NACIONALIZAÇÃO CRESCE, MAS SEGUE BAIXA

Houve expressivo avanço na nacionalização dos carros produzidos pela Caoa, que era de apenas 6% em 2014, mas o índice de peças locais ainda é baixo, 68% das compras produtivas são de itens importados.

Em Anápolis, os modelos Hyundai montados sob licença da companhia coreana agregam apenas 32% em valor de componentes comprados localmente, mesmo depois da inclusão de itens como rodas, vidros, bancos, ar-condicionado e grandes chapas de aço das laterais e teto do ix35, New Tucson e do minicamihão HD, que agora são estampadas com moldes coreanos em Pouso Alegre (MG) pela Flamma, do grupo brasileiro Aethra – essas partes só entram na produção em junho, porque até agora ainda havia estoque de peças importadas da Coreia.

No caso dos modelos Chery feitos em Jacareí, na planta inaugurada em 2014 pela montadora chinesa, o nível de nacionalização é ainda menor. O recém-lançado Tiggo2, o primeiro carro da sociedade Caoa Chery, tem apenas 11% de peças nacionais – o que também eleva as oportunidades para fornecedores locais, os primeiros deverão ser de bancos e chicotes, segundo Witt.

Os Caoa Chery de agora em diante serão produzidos tanto em Jacareí como em Anápolis, mas ambas as plantas deverão seguir este ano com elevado índice de ociosidade, em torno de 75%.

“A ideia é comunizar processos de compras para as duas fábricas, com fornecedores comuns”, afirma Witt, que atualmente direciona para a Chery 29% do orçamento para comprar componentes usados na produção, outros 71% vão para os Hyundai. Mas ele avalia que esses percentuais poderão mudar com o esperado aumento gradativo da produção dos Caoa Chery.

Segundo o diretor, é difícil nacionalizar muitos dos componentes, tanto para Chery como Hyundai, por causa da baixa escala de produção, que torna mais competitiva a importação da China e Coreia. Com isso, só fica aberta a nacionalização de itens mais pesados ou volumosos, difíceis de importar, como bancos, rodas, pneus, vidros.

“É o que fazemos primeiro, para depois verificar outras possibilidades. Tínhamos uma posição até mais confortável [podendo importar tudo], o Inovar-Auto obrigou [com suas exigências] a aumentar processos nacionais e criou algumas viabilidades, como é o caso das partes estampadas na Flamma. Agora esperamos o Rota 2030 para ver como ficam essas condições”, admite Witt.

PREMIAÇÃO DIVIDIDA

O Grupo Ccoa premiou os 15 melhores fornecedores para todas as suas atividades. Os premiados foram divididos em três categorias de compras de componentes produtivos, que consomem atualmente 58% da verba destinada à cadeia de suprimentos, e três categorias de compras de materiais e serviços, que ficam com os outros 42% do orçamento, principalmente para abastecer a rede de 170 concessionárias do grupo das marcas Ford, Subaru, Hyundai Ccoa e HMB (para os Hyundai produzidos em Piracicaba pela fábrica brasileira da coreana) – que deverá crescer em mais 30 casas este ano para atender a distribuição dos novos modelos Ccoa Chery.

Nas seis categorias do prêmio, de acordo com uma pontuação interna, foram escolhidos os dois melhores fornecedores, o segundo colocado recebeu um certificado e o primeiro um troféu. O melhor fornecedor do ano foi a fabricante de tintas Axalta, que segundo a Ccoa obteve a maior pontuação em todas as avaliações de compras de componentes produtivos.

Veja abaixo os vendedores

• FORNECEDOR DO ANO

- **Axalta Coating Systems Brasil**
- Certificado: **Neo Rodas**

• QUALIDADE EM FORNECIMENTO

- **Lear do Brasil (Divisão de Assentos)**
- Certificado: **Neo Rodas**

• INOVAÇÃO EM CUSTOS E EXCELÊNCIA EM COMPRAS DIRETAS

- **Axalta Coating Systems Brasil**
- Certificado: **Doowon Fabricante de Sistemas Automotivos**

• MELHOR EM NACIONALIZAÇÃO

- **Flamma Automotiva**
- Certificado: **Plastic Omnium do Brasil**

• EXCELÊNCIA EM COMPRAS INDIRETAS – MATERIAIS

- **Saint Gobain Brasil (Divisão Abrasivos)**
- Certificado: **Multi Point & Informática Eirelli**

• EXCELÊNCIA EM COMPRAS DIRETAS – SERVIÇOS

- **Geobox Logística Integrada**
- Certificado: **Loyal Serviços de Vigilância Eirelli**

• EXCELÊNCIA EM PADRÕES OPERACIONAIS DE PÓS-VENDA

- **Automobi Serviços Digitais**
- Certificado: **J.D. Power Brasil** e **Prime Action Consultoria**

Grupo VW terá centro de desenvolvimento de softwares em Portugal

20/04/2018 – Fonte: Automotive Business

Unidade de TI desenvolverá soluções na nuvem para o departamento de TI do grupo e da marca MAN

O **Grupo Volkswagen** vai instalar um novo centro de desenvolvimento dedicado a softwares em Lisboa, Portugal, para atender o departamento de TI do grupo e da marca MAN, de caminhões e ônibus. Será dedicado ao desenvolvimento de soluções baseadas na nuvem para maior digitalização de veículos conectados e também para os processos corporativos.

Segundo a **VW**, a meta é que no médio prazo, a unidade conte com 300 especialistas em TI, principalmente engenheiros de software, desenvolvedores de web e designers.

“Queremos recrutar especialistas de TI altamente qualificados e altamente motivados em Portugal. Estamos transferindo os nossos laboratórios digitais de Berlim para Lisboa, combinando as tarefas com os métodos ágeis de trabalho mais avançados do cenário de TI”, disse Martin Hofmann, responsável pela tecnologia da informação (CIO) do Grupo Volkswagen.

“Estamos gradualmente deixando de ser um fabricante de veículos comerciais com foco em hardware para nos tornarmos fornecedores de soluções de transporte sustentáveis e inteligentes. Os serviços digitais têm um papel importante a desempenhar nessa transformação.

Já oferecemos uma ampla gama de serviços online para caminhões na forma de serviços digitais RIO e o MAN Digital Services. Desde 2017, nossos clientes têm acesso aos serviços baseados em nuvem com qualquer caminhão MAN novo na Europa. O novo centro de TI em Lisboa irá nos impulsionar consideravelmente nesta jornada”, declarou o diretor de TI da MAN, Stephan Fingerling.

“Estamos impulsionando a inovação aberta, convidando parceiros para compartilhar e evoluir em uma visão comum de mobilidade e criar um novo futuro. A chegada deste centro a Lisboa é o reconhecimento deste trabalho, desenvolvido em estreita parceria com o ecossistema empresarial da cidade, e certamente nos ajudará a fortalecer a nossa economia, a reter talentos e a criar empregos especializados nas áreas digitais e de mobilidade do futuro”, acrescentou o presidente da Câmara de Lisboa, Fernando Medina.

Frota de veículos pesados empaca em 2,27 milhões

20/04/2018 – Fonte: Automotive Business



A frota circulante de veículos pesados ficou estagnada pelo segundo ano consecutivo como consequência da retração no mercado interno. Os caminhões e ônibus em circulação em 2017 somaram 2,27 milhões de unidades. O volume é apenas 0,03 mais alto que o registrado em 2016.

Os números são do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças).

A análise dos números separados mostra que o volume de ônibus em circulação recuou 0,9% pelo segundo ano seguido e está atualmente em 382,3 mil unidades, após ter atingido um pico de 389,1 mil veículos em 2015. É fácil entender o que ocorre com o segmento olhando a venda de ônibus novos num período recente.

Em todo o ano de 2016 foram emplacados somente 13,6 mil ônibus e em 2017, 15,1 mil. Como comparação, o não muito distante 2013 teve 36,7 mil ônibus emplacados.

Nos anos seguintes, a falta de confiança na economia derrubou as renovações de frota.

Outra consequência foi o envelhecimento dos veículos em circulação. De 2016 para 2017 a idade média dos ônibus passou de 9 anos e 11 meses para 10 anos e 2 meses.

Ainda de acordo com o Sindipeças, o total de caminhões cresceu 0,2% em 2017 e atingiu 1,89 milhão de unidades.

A frota para transporte de carga só não recuou como os ônibus por causa do bom momento vivido pelo agronegócio.

Mesmo assim, a idade média dos caminhões se aproximou dos 11 anos (exatos 10 anos e 8 meses). Leia também as análises do estudo do Sindipeças para veículos leves e motocicletas.

Basf eleva presença feminina na liderança da América do Sul

20/04/2018 – Fonte: Automotive Business



Letícia Mendonça (esq.) e Priscila Camara assumem cargos de direção da Basf para a América do Sul

A **Basf** anuncia mudanças em sua diretoria da América do Sul: Letícia Mendonça assume a unidade de catalisadores da empresa para a região no lugar de Priscila Camara, que passa a comandar a área de químicos de performance, divisão que inclui as unidades ligadas a petróleo, mineração, aditivos para plásticos, aditivos para combustíveis e lubrificantes, além de tratamento de água e papel.

Para substituir Letícia como gerente sênior de materiais de performance, a empresa nomeia Maria Cecilia Garcia, que virá da filial Argentina para se alocar no Brasil. Outra mudança é o apontamento de Renata Martins como nova gerente de marketing e técnico para o negócio de aditivos para combustíveis lubrificantes.

Prestes a completar 20 anos de empresa, Priscila iniciou sua carreira como trainee. Trabalhou por três anos na sede da Basf, em Ludwigshafen, na Alemanha, na área de P&D e como gerente de desenvolvimento de mercados para aditivos para combustíveis e lubrificantes.

De volta ao Brasil, assumiu a gerência do mesmo negócio e, nos últimos três anos, atuava como diretora de catalisadores. “Nossa perspectiva é alavancar os negócios apresentando a expertise da Basf e explorar novas possibilidades de mercado”, considera a nova diretora.

Por sua vez, Letícia possui sólida experiência em liderança consolidada em outras empresas do setor químico, mais seus 11 anos de Basf. Neste período, trabalhou nas divisões de tintas industriais e especialidades plásticas, entre outras.

Há quase quatro anos, atuava como gerente sênior de negócios da unidade de materiais de performance para transportes e bens de consumo da Basf para América do Sul.

“Estou muito contente com a possibilidade de desenvolvimento em minha carreira e reforçando a atuação na indústria automotiva. Temos cada vez mais mulheres em cargos de liderança, refletindo melhor o perfil da sociedade e o poder de decisão de compra”, afirma.

As quatro profissionais, todas engenheiras químicas, reforçam a presença feminina na liderança da Basf na região, que alcançou 28,3%, aumento de 50% nos últimos cinco anos e mais que a média global da empresa, que é de 20%.

Para que as mulheres estejam proporcionalmente representadas e tenham oportunidades de desenvolvimento iguais, foi criada uma comissão interna na Basf conhecida como Women in Business, ou Mulheres nos Negócios, cuja missão é atrair, desenvolver, promover e reter talentos femininos.

Financiamentos de veículos avançam 20% no trimestre

20/04/2018 – Fonte: Automotive Business



Volume atinge as 310,9 mil unidades e representa 57% dos emplacamentos do período

O volume de financiamento de veículos no primeiro trimestre foi 20,8% maior do que o verificado em igual período do ano passado, ao atingir as 310,9 mil unidades, na soma de leves e pesados, de acordo com dados divulgados pela B3.

O volume, que considera apenas os veículos novos, representa 57% do total de automóveis, caminhões e ônibus emplacados nos três primeiros meses de 2018, que foi de 545,5 mil.

Por segmento, o de veículos leves anotou 292 mil unidades financiadas no período, aumento de 18,7% na comparação anual. Este total representou 55,2% do total de automóveis e comerciais leves licenciados no primeiro trimestre, que foi de 528,2 mil, segundo dados da Anfavea/Renavam.

No de pesados, houve crescimento mais expressivo, de 65,1% no volume de financiados, para 18,9 mil caminhões e ônibus. Este total superou os emplacamentos no trimestre, que foi de 17,2 mil, em função de vendas no atacado ou de chassis de

ônibus, cuja venda é fechada antes de seu encarroamento, o que pode demorar mais de 60 dias, a contar da data da compra.

Em março, o CDC continuou como a modalidade de crédito mais utilizada por quem comprou veículos: os dados da B3 apontam que 84,2% foram adquiridos via crédito direto, enquanto 14% foram feitos via consórcio. Leasing representou apenas 1,2%. Os dados consideram a soma das vendas de automóveis, caminhões, ônibus e motocicletas.

Frota circulante cresce pouco mais de 1%

20/04/2018 – Fonte: Automotive Business



Pequena alta foi puxada por autos e comerciais leves; ônibus recuam pelo 2º ano seguido

Depois de praticamente estagnar na casa de 42,9 milhões, a **frota circulante** voltou a crescer e chegou a 43,4 milhões de veículos, ainda assim uma discreta alta de 1,2%.

O aumento foi motivado pelos automóveis, cuja frota superou os 36 milhões de unidades (alta de 1,1% sobre 2016), e também pelos comerciais leves, segmento que havia recuado em 2016, mas em 2017 alcançou 5,1 milhões de veículos (alta de 1,8%). Os números foram divulgados pelo Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças).

A frota de caminhões ficou estável em 1,9 milhão de unidades, enquanto a de ônibus (agora em 38,3 mil) e a motocicletas (13,2 milhões) encolheram pelo segundo ano seguido. O fraco desempenho do mercado interno em anos recentes fez subir a idade média dos veículos. Entre 2016 e 2017 ela passou de 9 anos e 3 meses para 9 anos e 7 meses.

Com o avanço 2016 para 2017, os veículos entre 6 e 10 anos de uso passaram de 33% para 35% do total, enquanto os de 1 a 5 anos recuaram de 34% para 30%.

IMPORTADOS EMPACAM, CARROS FLEX GANHAM ESPAÇO

O estudo anterior do Sindipeças havia apontado queda 0,4% nos importados em circulação em 2016. No mais atual, referente a 2017, eles cresceram 0,7%, mas ainda assim permaneceram abaixo dos 6 milhões de veículos. Os nacionais somaram 37,4 milhões em 2017 e cresceram 1,2%, assim como a frota total.

Os veículos com motor flex, que representavam 59,8% do total em 2016, avançaram para 62,7% em 2017, enquanto os a gasolina recua de 29,4% para 26,5% no período. É provável que a gasolina volte a ganhar participação no próximo estudo com o aumento das importações.

Os velhinhos movidos exclusivamente a álcool ainda resistem, mas representam apenas 0,7% dos veículos em circulação. A participação do diesel cresceu 0,1 ponto percentual e chegou a 9,9%.

Ainda de acordo com o estudo do Sindipeças, o número de habitantes por veículo no Brasil se mantém em 4,8 desde 2015.

Leia também as análises do estudo do Sindipeças para [motocicletas](#) e [pesados](#).

Alumínio mantém volatilidade e cobre exhibe viés de alta

20/04/2018 – Fonte: Isto É

Os contratos futuros do alumínio e do níquel mantêm a volatilidade nesta sexta-feira, ainda influenciados pela recente decisão dos EUA de impor novas sanções contra a Rússia, enquanto o cobre exhibe viés de alta.

Por volta das 10h05 (de Brasília), o alumínio para três meses negociado na London Metal Exchange (LME) caía 0,44%, a US\$ 2.466,00 por tonelada – antes de subir mais cedo -, revertendo parte dos ganhos de ontem. Desde o início do mês, porém, o alumínio ainda acumula ganhos de 23%.

No mesmo horário, o níquel tinha queda de 2,3% no mercado inglês, a US\$ 14.680,00 por tonelada, depois de ter disparado nesta semana em meio a temores de que sanções adicionais dos EUA pudessem afetar a Norilsk Nickel, que é parcialmente controlada pela mineradora russa Rusal, segunda maior produtora de alumínio do mundo.

O cobre, por sua vez, subia 0,46% na LME, a US\$ 6994.50 por tonelada. Na Comex, a divisão de metais da bolsa mercantil de Nova York (Nymex), o cobre para entrega em maio tinha alta marginal de 0,05%, a US\$ 3,1335 por libra-peso, às 10h50 (de Brasília).

A volatilidade do alumínio vem num momento em que os investidores tentam compensar o buraco na oferta causado pela Rusal, que foi alvo das sanções de Washington.

Relatos da mídia russa sugeriram que Moscou pode considerar nacionalizar a Rusal e há outros relatos de que foram feitos contatos com operadores da China para a venda de parte do alumínio da empresa no país asiático.

Usiminas eleva lucro para R\$157 mi no 1º trimestre

20/04/2018 – Fonte: Reuters

A Usiminas teve lucro líquido de 157 milhões de reais no primeiro trimestre ante resultado positivo um ano antes de 108 milhões, impulsionada por preços maiores de aço e maiores exportações de minério de ferro.

A siderúrgica mineira informou nesta sexta-feira que teve geração de caixa medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado de 641 milhões de reais nos três primeiros meses de 2018, crescimento de 20 por cento sobre o desempenho de um ano antes.

Apesar do crescimento, as margens nos dois principais negócios da Usiminas — siderurgia e mineração — no primeiro trimestre caíram sobre um ano antes. A margem Ebitda ajustado da produção de aço caiu de 21 para 19 por cento enquanto em mineração houve retração de 48 para 19 por cento.

A queda nas margens ocorreu com aumento nos custos com produtos vendidos, que na mineração disparou de 53 milhões de reais para 179 milhões.

Em siderurgia, a linha passou de 1,8 bilhão de reais no primeiro trimestre de 2017 para 2,46 bilhões nos três meses encerrados em março deste ano.

A Usiminas reativou no início deste mês o alto forno 1 da usina em Ipatinga (MG), após investir cerca de 80 milhões de reais para recuperar refratários e outros equipamentos por conta do desligamento da unidade em 2015.

Segundo o balanço, a Usiminas vendeu 1,1 milhão de toneladas de aço no primeiro trimestre, expansão de 17 por cento sobre o volume vendido um ano antes.

As vendas de minério de ferro saltaram de 643 mil toneladas no primeiro trimestre de 2017 para 1,8 milhão de toneladas no mesmo período deste ano.

A empresa fechou o primeiro trimestre com 1,56 bilhão de reais em caixa, queda de 35 por cento sobre o nível de um ano antes, em meio à estratégia da empresa de reduzir dívida com excedente de caixa.

A dívida líquida da companhia terminou março em 4,1 bilhões de reais ante 4,46 bilhões no mesmo período de 2017.

O indicador dívida líquida/EBITDA encerrou o primeiro trimestre em 1,8 vez ante 2 vezes em dezembro e 3,9 vezes ao final de março de 2017.

BHP corta perspectiva de produção de minério de ferro em 2018

20/04/2018 – Fonte: Reuters

A BHP Billiton cortou nesta quinta-feira sua projeção para a produção de minério de ferro no ano fiscal de 2018, citando problemas em seu sistema ferroviário de descarga, ao mesmo tempo em que elevou ligeiramente a perspectiva para a produção de cobre dados, considerando os bons resultados da mina de Escondida.

A mineradora cortou as projeções para a produção de minério de ferro no ano fiscal de 2018 em 2 por cento, para entre 272 milhões e 274 milhões de toneladas, ante 275 milhões a 280 milhões anteriormente.

O corte ocorreu apesar de a BHP ter aumentado a produção de minério de ferro para 67 milhões de toneladas nos três meses encerrados em março, ante 62 milhões de toneladas no mesmo período do ano anterior.

No geral, o resultado da produção no terceiro trimestre da mineradora global foi equilibrado, já que a redução na produção de minério de ferro e no guidance devem ser amplamente compensadas por uma ligeira recuperação na produção de cobre, disse a corretora Shaw and Partners, em Sydney.

A BHP estreitou seu guidance de cobre para o ano inteiro para 1,70 milhão a 1,785 milhão de toneladas, ante uma faixa anterior de 1,655 milhão a 1,790 milhão de toneladas, em meio a uma alta de 64 por cento na produção da maior mina de cobre do mundo, a Escondida.

Devido a um boom nos preços das commodities, a BHP também está observando uma elevação significativa nos lucros, observou a corretora.

Rússia recorre à OMC por tarifas dos EUA ao aço e ao alumínio

20/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

A Rússia recorreu, nesta quinta-feira (19), à Organização Mundial do Comércio (OMC), como já fizeram China e União Europeia, contra as tarifas americanas ao aço e ao alumínio.



Grande exportadora dos metais, ela adotou a mesma tática que a UE neste caso, aludindo ao Acordo sobre Salvaguardas da OMC, apesar de Washington não ter definido as medidas como de salvaguarda.

O governo do presidente Donald Trump alegou que as tarifas sobre alumínio e aço eram necessárias por uma questão de segurança nacional e, portanto, permitidas pelo direito comercial internacional.

"Embora os Estados Unidos tenham dito que as medidas em questão foram tomadas para resolver a ameaça que as importações representam para a segurança nacional dos Estados Unidos, são essencialmente medidas de salvaguarda", segundo o documento apresentado pela missão russa à OMC, com sede em Genebra.

As regras da OMC permitem medidas de salvaguarda se o país que as impõe puder demonstrar que sua indústria doméstica está ameaçada pelas importações.

"A Federação Russa é um membro da OMC que tem um interesse substancial como exportador de produtos sujeitos a medidas de salvaguarda", acrescentou. O documento da missão russa pede "consultas" com autoridades americanas sobre esta questão.

O pedido de consultas é o primeiro passo para uma ação mais ampla na OMC.

Ibovespa encosta nos 86 mil pontos com vale e siderúrgicas

20/04/2018 – Fonte: Inda

O Ibovespa interrompeu ontem o movimento negativo e ganhou tração. Sob influência do cenário externo e elementos técnicos, o índice se aproximou dos 86 mil pontos, patamar que havia perdido no fim de março.

Os receios no campo político ainda persistem, mas o nível de preços, atraente depois de sucessivas quedas no mercado, acabou estimulando "blue chips", como Vale e outras siderúrgicas, a buscar uma recuperação.

O principal índice da bolsa fechou em alta de 2,01%, aos 85.776 pontos, depois de ir à máxima no dia em 86.149 pontos. O giro financeiro foi forte, de R\$ 10,8 bilhões, influenciado especialmente pelo vencimento de opções sobre o Ibovespa.

Entre os papéis de maior peso no índice, a ação ordinária da Vale subiu 3,37%, a R\$ 47,48, enquanto siderúrgicas como Usiminas (alta de 8,01%, a R\$ 11,06), CSN (6,21%, a R\$ 9,23) e Metalúrgica Gerdau (4,34%, a R\$ 8,17) também fecharam no azul.

Em dia de minério em alta, outras gigantes do setor tiveram ganho no exterior - Anglo American (alta de 6,15%), Rio Tinto (5,35%), Glencore (7,65%) e BHP (5,50%) valorizaram na bolsa de Londres.

O Ibovespa também se aproveitou da continuidade dos ganhos no mercado americano, embora o desempenho por lá não tenha tido tanto brilho. Dividido entre balanços e o

avanço nos preços do petróleo, Wall Street ficou dividido: o Dow Jones, índices das principais empresas americanas, ficou perto da estabilidade, em leve queda de 0,16%, aos 27.748,07 pontos, enquanto o S&P 500 subiu 0,08%, aos 2.708,64 pontos. O Nasdaq avançou 0,19%, aos 7.295,23 pontos.

A alta das siderúrgicas no Brasil também ocorreu depois que as quedas recentes reforçaram a atratividade em termos de nível de preços. O intenso avanço é explicado também pelo fato de que tais papéis têm "beta alto", ou seja, tendem a seguir o sinal do Ibovespa, mas com uma intensidade maior.

A maior alta do dia ficou a cargo das ações da BRF (9,51%, a R\$ 23,04), que reagiram à informação de que Pedro Parente, presidente da Petrobras, é o nome de consenso para comandar o conselho de administração da empresa.

"É um grande time para a BRF, se ele [Pedro Parente] entrar. É um nome de ótima avaliação no mercado", afirma Ari Santos, gerente da mesa de operações da H. Commcor. "E BRF está descontada, trata-se de um excelente estímulo para a negociação das ações."

Analistas técnicos ressaltam que o Ibovespa conseguiu, pela primeira vez no mês, romper a resistência de 85.600 pontos, o que pode representar um impulso importante às compras no curto prazo.

Em relatório, o Itaú BBA afirma que o índice passou por algum tempo "congestionado" entre o suporte forte de 82.800 pontos e a resistência dos 85.600 pontos - o índice precisava superar esse patamar para ganhar força.

Entretanto, a euforia vista na bolsa foi um movimento pontual e não garante que o Ibovespa vá de fato caminhar rumo a novas máximas. O vencimento de opções sobre Ibovespa causou um desempenho atípico e o mercado ainda está totalmente à mercê do ambiente político.

"Há posições em bolsa que tiveram que ser zeradas por causa do vencimento. Isso gera distorções e polui o movimento do mercado. É preciso tomar cuidado com o 'oba-oba' nesse momento", afirma Fábio Carvalho, chefe da área de equities da CM Capital Markets.

Globalização sob ameaça

20/04/2018 – Fonte: Inda

No grande átrio com teto de vidro no prédio central da Organização Mundial do Comércio (OMC), onde delegados dos 164 países-membros se cruzam todo dia para reuniões sobre os mais diversos temas, a preocupação hoje é uma só: risco de guerra comercial entre os EUA e a China, ameaças ao sistema multilateral e à economia global.

A imposição de restrições às importações pelos EUA para tratar de problema comercial internacional não é sem precedentes. Mas as atuais ações unilaterais do presidente Donald Trump marginalizam, como nunca antes, o sistema multilateral baseado no respeito a regras e responsabilidades comuns em resolver hostilidades entre os parceiros.

O confronto entre Washington e Pequim vai bem além de tarifas e é sobre o controle de indústrias avançadas e tecnologias como biofarmá, robótica, inteligência artificial, veículos elétricos e nova geração de telecomunicações. O governo Trump considera que as regras da OMC não "pegam" práticas chinesas que julga desleais com a indústria americana.

"A batalha com a China sobre questões tecnológicas está próxima", diz Gary Hufbauer, um dos maiores especialistas em comércio, do Peterson Institute e ex-subsecretário-assistente do Tesouro para questões de comércio internacional (1977-79).

Como Hufbauer, analistas concordam que essa é a maior crise que o sistema comercial mundial enfrenta desde sua criação, em 1947, após o fim da Segunda Guerra. Alan Wolff, vice-diretor geral da OMC indicado pelo governo Trump, julga que o sistema promovido pela OMC vai agora ser testado como nunca antes, não pode mais ser dado como garantido, e que a situação é grave.

Trump fez campanha prometendo rasgar os acordos internacionais assinados pelos EUA nos últimos 50 anos, incluindo a ameaça de sair da OMC. Eleito, manteve o tom nacionalista ilustrado pelo "America first" no comércio e nas relações internacionais.

Conforme diferentes relatos na cena comercial, pouco tempo depois da eleição de Trump, o diretor-geral da OMC, Roberto Azevêdo, foi a Washington para contatos com congressistas e executivos.

Mas só teve encontro com Robert Lighthizer quando ele assumiu o cargo de novo representante comercial dos EUA (USTR). Em sua primeira visita a Washington para conversar com o novo governo, Azevêdo ouviu avaliações sobre o comércio diferentes dos interlocutores.

O secretário do Tesouro dos EUA, Steven Mnuchin, indagou como um país faria para abandonar a OMC. Wilbur Ross, secretário de Comércio, o mais próximo da retórica de Trump, reclamou do "problema China", insistiu que traria empresas de volta para os EUA e que o governo colocaria mais foco em negociações bilaterais que na OMC, por considerá-las mais rápidas. Já com Lighthizer, a conversa não teve nada disso, conforme essas fontes. O representante comercial de Trump reiterou que a OMC era importante, mas que precisava passar por reformas.

Para os EUA, o sistema multilateral comercial que vem de 1947 tem regras que dão tratamento melhor para a China. O sistema tinha regras para as economias de mercado e para as "economias em transição", os países comunistas aceitos na entidade da liberalização global.

Mas a entrada da China em 2001 introduziu na OMC um país diferente. Pequim acumulava perfis tanto de economia centralizada, setor privado muito alinhado com as decisões do governo, subsídios enormes para campeões nacionais, como, ao mesmo tempo, introduzia competição no mercado, reduziu tarifas de importação, incentivou a entrada de investimentos estrangeiros.

Os EUA, passando por democratas e republicanos, há muito reclamam que as regras da OMC não cobrem certas práticas chinesas, como forçar contratos privados de empresa estrangeira com sócio local, de forma que os chineses absorvem a tecnologia do parceiro, por exemplo. Para Washington, 17 anos depois de entrar para a OMC, o que a China fez foi se afastar de princípios da economia de mercado.

E que Pequim pode se desenvolver como bem entender, mas os EUA têm o direito de proteger seus interesses. A diferença na Casa Branca, agora, é que Trump impõe sua tática truculenta que vem do setor imobiliário, ameaçando de entrada a expectativa de o parceiro sentar para negociar.

As tensões comerciais entre os EUA, o maior importador mundial, e a China, o maior exportador, permaneceram no nível da retórica por algum tempo, até porque Trump queria o apoio da China contra a Coreia do Norte. No mês passado ele anunciou medida unilateral, ignorando a prática dos últimos 24 anos em que as disputas comerciais foram resolvidas com o uso das regras da OMC. Inicialmente, usando uma lei interna, Trump anunciou imposição de sobretaxas de 25% nas importações de aço e de 10%

nas de alumínio, sob argumento de segurança nacional - o que é desmentido pelos próprios dados do governo americano.

Quando essa medida ainda estava sendo digerida na cena internacional, Trump anunciou sobretarifas sobre US\$ 50 bilhões de importações originárias da China em reação ao que chamou de roubo de propriedade intelectual de empresas americanas. Pequim reagiu na mesma moeda, na base do "olho por olho". Anunciou retaliação a produtos de bases eleitorais de Trump. A China é o mercado número 1 para produtores agrícolas dos EUA, principalmente para carne suína, soja e milho.

A reação chinesa levou Trump a ameaçar impor sobretaxas adicionais contra US\$ 150 bilhões de produtos vindos da China. Além disso, ele cobra dos chineses que cortem US\$ 100 bilhões do superávit que têm com os EUA.

Para Leightizer, as medidas contra a China visam em particular a preservar as tecnologias de ponta, "provavelmente a parte mais essencial de nossa economia" e cuja importância julga ser sem igual no mundo. Para analistas, a crise atual focada em tecnologia reflete uma angústia com a força da economia da China, que está a caminho de superar a americana.

Pequim lançou em 2015 seu "Made in China 2025", programa para desenvolver campeões nacionais para concorrer no mercado global em tecnologia de ponta. Para isso, fornece subsídios para indústrias locais e as protege da competição e pressão de companhias estrangeiras.

O plano inclui produzir 70% de componentes e materiais localmente e estabelecer 40 centros de inovação até 2025. Isso passa pelo estímulo governamental à aquisição de rivais da tecnologia nos EUA e na Europa.

Esse esforço é considerado crucial por Pequim para as áreas econômica e militar. A expansão da pesquisa e o desenvolvimento no país são enormes. A China superou o Japão como segundo país a mais registrar patentes, com 13,4% de crescimento anual no ano passado. Se esse ritmo for mantido, os chineses vão logo ultrapassar os EUA. Em 2017, os EUA fizeram 56.624 pedidos de registro de patentes, a China, 48.882 e o Japão, 48.208.

Alan Wolff, vice-diretor-geral da OMC, destacou no Fundo Monetário Internacional (FMI) que os problemas no comércio se formam gradualmente. No caso do aço, o excesso de investimentos na capacidade siderúrgica global provocou restrições comerciais de forma frequente nos últimos 50 anos. O número de medidas de defesa comercial tem sido enorme.

Em março de 2002, os exportadores, incluindo o Brasil, fizeram uma coalizão para reagir à medida do então presidente dos EUA, George W. Bush, de sobretaxa de 30% contra tipos de aço importado para ajudar a siderurgia americana.

Houve alta quase imediata do preço da commodity, que chegou a 70% em certo momento, e cerca de 200 mil desempregados a mais na indústria. Bush teve que retirar a sobretaxa 16 meses antes do prazo de três anos, depois que a OMC considerou a medida ilegal e a Europa ameaçou retaliar produtos americanos.

Em 1983-85, durante a administração Reagan, os EUA impuseram restrições bilaterais à exportação de países que desejavam evitar a imposição de sobretaxas no mercado americano.

Em 1987, Reagan aplicou tarifa de 100% sobre US\$ 300 milhões de importações procedentes do Japão, alegando falta de acesso ao mercado japonês para semicondutores estrangeiros. Essa tarifa foi suspensa quando o Japão se dobrou à pressão de Washington e abriu seu mercado.

A maior ação comercial tomada por qualquer governo dos EUA nos tempos modernos, como nota Wolff, ocorreu com a imposição pelo presidente Richard Nixon, em 1971, de sobretaxa de 10% nas importações de todos os países, com exceção de nações em desenvolvimento que mantiveram algumas entradas livres de alíquotas.

Nixon argumentou que a medida era necessária por razões de balança de pagamentos, escape que não existia nas regras do então Acordo Geral de Tarifas e Comércio para frear importações.

Em meio a reclamações, a medida foi suspensa, quando um acordo resolveu o problema de balança de pagamentos com a desvalorização do dólar. Pouco depois, os EUA declararam o fim da fixação do valor de sua moeda no padrão-ouro e a entrada do sistema de flutuação do câmbio.

Na ocasião do aumento da tarifa, Nixon exigiu de países europeus, Japão e Canadá, os principais parceiros, concessões comerciais unilaterais, o que não conseguiu. Já Trump, no momento, está vencendo sua aposta. Quebrou a eventualidade de coalizão internacional com a promessa de isentar da sobretaxa do aço a União Europeia (UE), Canadá, México, Brasil, Coreia do Sul e Austrália, em troca de concessões.

Ao mesmo tempo, passa como um rolo compressor sobre as regras internacionais. Seu governo reativa a chamada "restrição voluntária às exportações", que é expressamente proibido pelo Acordo de Salvaguardas da OMC, conforme acertado na Rodada Uruguai (1986-1994).

Impacto das medidas anunciadas, se implementadas, seria de -0,1% do PIB mundial; se confronto continuar, o efeito pode ser devastador

Também atropelando o sistema multilateral, Trump anunciou que em breve vai impor "taxas de reciprocidade", para ter as mesmas tarifas de importação que os parceiros aplicam contra os EUA. Ou seja, se a UE aplica alíquota de 10% sobre os carros americanos, os EUA não aplicariam mais a alíquota de 2,5% e, sim, de 10% também. No caso dos carros importados da China, a tarifa deveria ser de 25% e do Brasil, de 35% e não os 2,5% negociados pelos EUA na OMC.

Essa dita reciprocidade atinge em cheio a Cláusula da Nação mais Favorecida, o princípio da não discriminação, uma das bases da OMC. Por essa cláusula, todas as vantagens e privilégios acordados a um membro da OMC devem ser estendidos a todos os demais membros da organização, imediatamente e sem imposição de condições.

Reverter o sistema para reciprocidade, se realmente implementado, quebrará o sistema comercial, com aplicação seletiva de tarifa por países usando seu poder econômico sobre os parceiros.

Ainda na linha de marginalização da OMC, o governo Trump continua a bloquear a nomeação de juízes do Órgão de Apelação, espécie de corte suprema do comércio internacional. É uma situação explosiva.

Se o Órgão de Apelação ficar totalmente paralisado e não puder tomar decisões, pode ocorrer de um país vencedor de uma disputa na fase inicial de painel (comitê de especialistas) decidir retaliar o outro beligerante e este, por sua vez, fazer o mesmo, agravando as tensões no comércio internacional.

Sem política real, já que dá reviravoltas, e parecendo mais agir como chefe de "reality show", Trump, ao mesmo tempo em que toma gosto por unilateralismo, também usa a própria OMC contra a China - como os chineses fazem contra os EUA. Os dois abriram denúncia na OMC, um contra o outro, sob acusação de violar as regras internacionais.

Trump não parece disposto a tirar os EUA da OMC, e sim insistir na reforma da entidade, que precisará ser negociada com os parceiros. Despachou enfim a Genebra o novo embaixador americano, Denis Shea, um republicano conhecido por duras críticas contra a política comercial chinesa.

Conforme fontes na cena comercial, o diretor da OMC, Roberto Azevêdo, passou parte dos contatos com a administração Trump explicando o funcionamento da entidade, os ganhos proporcionados nos últimos tempos, como acordos de facilitação de comércio e de liberalização ampliada pelo Acordo de Tecnologia da Informação.

Os parceiros, preocupados com a ação unilateral americana, avisaram Washington que estão dispostos a conversar sobre as reformas que os EUA querem no sistema multilateral. "O mar não está para peixe", diz um importante embaixador. O ambiente está longe do chamado "win-win" (todos ganham) para países e mais para "win-lose" (ganha-perde), se não "lose-lose" (todos perdem).

Azevêdo sempre foi informado com antecedência das medidas restritivas que os países anunciariam em seguida. Alertou os americanos que a China não ficaria de braços cruzados e uma escalada seria o pior dos mundos para a economia global. Segundo relatos, Azevêdo tem sido uma espécie de mediador entre os dois lados, que visivelmente não se entendem.

O governo Trump quer arrancar metas precisas dos chineses sobre redução do excesso de capacidade na produção de aço, abertura para bancos americanos e eliminação de exigências de transferência de tecnologia, por exemplo. Já os chineses têm dúvidas se os EUA vão respeitar entendimentos ou continuar endurecendo, até por jogada eleitoral. Pequim teme fazer concessões que Trump embolse, cante vitória, mas não dê a contrapartida.

O presidente da China, Xi Jinping, que procura aparecer como um campeão do livre-comércio e da ordem mundial, prometeu facilitar a abertura do mercado chinês - mas para os países que seguem as regras comerciais internacionais.

A obsessão de Trump é reduzir o déficit comercial dos EUA, com medidas unilaterais como a sobretaxa no aço importado. Para analistas, não tem como isso dar certo. "A sobretaxa de Trump só substituirá uma fonte de importação dos EUA por outra", diz Barry Eichengreen, professor de economia da Universidade da Califórnia (Berkeley).

O impacto econômico direto de medidas anunciadas, se realmente implementadas, seria limitado a -0,1% do PIB mundial, segundo o banco UBS. Se o confronto continuar, o efeito pode ser devastador.

Entre a abertura e o isolamento

20/04/2018 – Fonte: Valor Econômico

A despeito de demonstrar disposição para entrar com força na guerra comercial desencadeada pelos EUA, a China teria seu interesse mais bem assegurado pela manutenção do status quo: uma Organização Mundial de Comércio (OMC) funcional, na qual o país ingressou em 2001 e que, desde então, vinha garantindo as bases para a atuação da maior potência exportadora do planeta.

"O sistema como é hoje é benéfico para eles, que saem ganhando no comércio internacional, com regras que os protegem. Para os ganhadores, manter tudo como está interessa", diz um experiente negociador baseado em Genebra.

Talvez seja isso o que motive os chineses a empunhar - ao menos, no discurso - a bandeira da globalização, pelo fim do protecionismo, e defender os caminhos legais

criados pelo sistema multilateral para promover o que chamam de "comércio justo em que todos saem ganhando".

Enquanto desafiava os americanos com o anúncio de medidas duras em retaliação às novas tarifas de importação criadas por Washington que, se confirmadas, afetarão até US\$ 150 bi em produtos chineses, Pequim avisava que levaria a disputa contra os americanos às instâncias competentes da organização.

A uma plateia de centenas de empresários e autoridades, durante o recente Fórum de Boao, "o Davos chinês", o presidente Xi Jinping ressaltou que a humanidade tem uma grande escolha a fazer entre a abertura e o isolamento, o progresso e o retrocesso. "Temos de dispersar as nuvens para ver o sol, como diz o ditado chinês", destacou.

Nesse mesmo discurso, cheio de recados para os americanos, anunciou reformas para facilitar a entrada de investidores estrangeiros na economia do seu país e divulgou medidas que atendem a parte das demandas de Washington, em um gesto que sinaliza para o mundo uma suposta boa vontade de negociar. Em Pequim, porta-vozes garantem que o teor do texto não foi concebido como resposta às medidas anunciadas pelos EUA. Poucos compram essa versão.

"É quase inevitável que vejamos uma mudança substancial do que tem sido chamado de globalização", afirma Michael Pettis

Ao mesmo tempo que o governo chinês informa permanecerem abertas as portas para o diálogo, diplomatas correm contra o relógio em busca de saída de compromisso. Há tarifas americanas que já poderiam incidir sobre as mercadorias chinesas a partir do mês que vem. Embora Donald Trump tenha dito pelo Twitter que "é fácil ganhar uma guerra comercial", XI repete que essa é uma conta de soma zero em que não há vencedores.

A disputa entre as duas maiores economias do planeta provocaria incertezas nos mercados financeiros. Também pode deixar em suspenso investimentos. O maior temor é o de que se coloque em xeque o sistema multilateral de comércio, costurado por décadas.

"Hoje, só a China e os EUA têm como jogar esse jogo pesado. Nem mesmo a União Europeia teria como brigar de igual para igual, tendo em vista o fato de tomar decisões concertadas entre os 27 países e de resistir a desrespeitar cinicamente as suas regras", diz o negociador ouvido pelo Valor.

Para David Dollar, especialista do Centro de China John Thornton da Brookings Institution, os americanos podem minar o sistema econômico global.

"Se a OMC não pode resolver disputas, a situação será pior para os pequenos, que estarão à mercê dos grandes", diz o professor, que foi emissário econômico e financeiro do Tesouro americano à China entre 2009 e 2013. Desde que os americanos anunciaram medidas unilaterais em março contra a China, esta fez o mesmo, embora tenha recorrido à OMC.

Os europeus, por sua vez, desde que os EUA decidiram taxar o aço da China, em fevereiro, passaram a considerar a possibilidade de recorrer a salvaguardas fora das regras da OMC para evitar que os embarques que deixassem de ser destinados ao mercado americano viessem inundar os seus portos.

Não é só o multilateralismo que sairá perdendo, caso se confirme uma guerra comercial. Os consumidores mundo afora devem pagar mais caro pelos produtos sobre os quais incidiram as tarifas mais altas.

Os fornecedores de itens primários, partes e peças deverão ser pressionados por descontos para que os produtores compensem o aumento dos tributos sem ter de repassar a diferença integral a seus clientes.

A maioria dos produtos que os EUA importam da China têm apenas metade do seu valor agregado fabricado em solo chinês. Ou seja, são mercadorias vendidas à China vindas de outras praças. É o temido efeito cascata. Para Ramon Pardo, especialista do King's College de Londres e da Vrije Universiteit de Bruxelas, boa parte dos fornecedores está no sudeste da Ásia, na Austrália e na América Latina. Muitos são aliados dos americanos.

Para o diretor-executivo do Banco Mundial (Bird), Otaviano Canuto, uma guerra comercial entre as duas maiores economias do mundo pode dar a ilusão de ganhos setoriais específicos temporários e limitados a terceiros. Segundo ele, o Brasil, por exemplo, pode imaginar ser beneficiário de oportunidades de substituição de produtos agroindustriais dos EUA na China.

Imagina-se que as vantagens poderiam ser rapidamente identificadas pelos setores de soja, carnes e frutas secas. "Por outro lado, dois fatores jogam contra: ninguém fará investimentos e adaptação de circuitos comerciais se a mudança não for considerada permanente."

Canuto aponta baixa generalizada de todos os setores em escala global. Ao Brasil tampouco interessa que o mundo ao seu redor, sobretudo seus principais parceiros comerciais, registrem uma desaceleração no crescimento. Para o embaixador brasileiro na China, Marcos Caramuru, há ainda outro risco que não deve ser descartado: a eventual estabilidade alcançada por um acordo entre China e EUA pode ter novas bases que prejudiquem o Brasil.

"Não se sabe se essa realidade oferecerá as mesmas condições que hoje. O ponto de partida pode ser outro e implicar uma posição menos favorável ao Brasil", afirma.

Para o economista Michael Pettis, seja o que Washington fizer e Pequim responder, é ingênuo achar que a guerra comercial acabará.

"É quase inevitável que vejamos uma mudança substancial do que tem sido chamado de globalização. Os países que querem aumentar a renda da população e diminuir as desigualdades sociais, uma tarefa urgente e necessária para que o mundo volte a crescer de maneira sustentável, vão perceber que o que quer que façam vai minar a sua competitividade e fazer o desemprego aumentar, se não intervierem no comércio e nos fluxos de capital", afirma.

"Essa é a razão pela qual muitos países, e a maioria das democracias, devem terminar por voltar-se contra o livre-comércio. Vão fazer isso para retomar o controle sobre a política doméstica."